


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016013-31.2000.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Jose Givaldo dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

VISTOS

JOSÉ GIVALDO DOS SANTOS foi denunciado como incurso nos artigos 306 da Lei 9.503/97.

A denúncia foi recebida aos 19/junho/2000. O réu foi citado por edital, não compareceu ao processo e tampouco constituiu defensor, dando ensejo à decretação da suspensão do processo e do prazo prescricional, conforme artigo 366 do CPP aos 04 de setembro de 2000 (fls. 63 verso). O processo permaneceu suspenso até 26 de fevereiro de 2016, quando ocorreu a citação pessoal do réu (fls. 144), voltando a tramitar, chegando à fase da sentença.

O Ministério Público, em alegações finais, pugna pela extinção da punibilidade, entendendo que ocorreu a prescrição da ação penal (fls. 220/222), sendo acompanhado pela defesa (fls. 225).

**Brevemente relatados,
DECIDO.**

Assiste razão ao Ministério Público. De fato ocorreu a prescrição da pretensão punitiva na forma exposta pelo dr. Promotor de Justiça.

Na hipótese de suspensão do processo de que trata o artigo 366 do CPP, tanto a doutrina como a jurisprudência, sustenta que a mesma impera pelo prazo máximo da pena em abstrato, retomando-se, depois disso, o prazo da prescrição, também calculado pelo tempo máximo da pena prevista.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Os cálculos elaborados pelo Ministério Público e a forma de contagem estão corretos. Por eles se verifica que operou-se a prescrição da pretensão punitiva, o que prejudica o exame da acusação.

Sobre o tema, conclui Espínola Filho que "perde, inteiramente, toda significância a ação, desde que esteja extinta a punibilidade. Daí constituir um princípio de economia do processo o de que, extinta a punibilidade do réu, deve ser isso logo declarado, esteja em que fase estiver a ação penal, que, assim, tem seu curso definitivamente paralisado" (in Código de Processo Brasileiro Anotado", V. 1, 1.054, p. 478-9).

Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade do réu, por ter ocorrido a prescrição da pretensão punitiva nos termos do artigo 107, IV, do Código Penal, prejudicado o exame do mérito.

Feitas as anotações e comunicações, arquivem-se os autos.

P. R. I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2017.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**